

Educação ao Longo da Vida

Introdução por Paula Guimarães (editora associada)

Depois da II Guerra Mundial e até à década de 1970, registou-se um forte incremento do progresso científico e tecnológico. Assistiu-se igualmente à massificação dos sistemas educativos, tendência esta acompanhada pelo descontentamento face aos modelos pedagógicos vigentes. A ideia de que os sujeitos se educavam ao longo da vida, através do conceito de educação permanente, surgiu neste âmbito nos finais da década de 1950, preconizada num primeiro momento pelo Conselho da Europa e mais tarde, em finais da década de 1960, pela UNESCO. Esta ideia surgia como uma nova proposta educativa que concedia maior protagonismo aos contextos não formais e informais de educação, formação e aprendizagem. Assente numa perspetiva democrática e humanista, a ideia incluía uma forte crítica ao modelo escolar tradicional, acusado de pouco flexível e desmobilizador da participação daqueles que se educavam, assim como pouco eficaz na promoção da igualdade de oportunidades e da mobilidade social ascendente. Adicionalmente, propunha-se a reforma dos sistemas educativos, apesar de se defender uma forte intervenção do Estado na educação. Visava-se o desenvolvimento individual dos educandos, permitindo que estes ganhassem maior autonomia e liberdade, assim como rompessem com relações de poder profundamente assimétricas que o conhecimento e a cultura dominantes escondiam. Apontou-se ainda a necessidade de difundir, humanizar e democratizar os progressos científicos e tecnológicos, através da educação formal, não formal e informal, permitindo a constituição de sociedades mais justas no acesso ao conhecimento e à cultura, através do recurso a práticas pedagógicas problematizadoras, transformadoras e emancipatórias. Autores como Lengrand (1971), Faure et al. (1977), Freire (1975) e Illich (1985) adensaram o debate em torno da ideia de que as pessoas se educavam ao longo da vida.

As décadas mais recentes acentuaram o peso da globalização e da retração do Estado na educação pública de carácter formal. Complementarmente, ganhou relevância a educação informal, suportada por ideias como a aprendizagem ao longo da vida. Neste âmbito, o termo educação permanente perdeu espaço nos documentos de política educativa, mas as características associadas à educação ao longo da vida mantiveram a pertinência, como por exemplo a importância da autoformação e da ecoformação (Pineau, 1987), bem como o papel dos próprios sujeitos na construção das suas biografias de aprendizagem. Na verdade, a educação ao longo da vida, enquanto conceito, manteve-se nos trabalhos de diversos autores empenhados com a mudança social e a emancipação individual e coletiva. Estes procuram destacar a dimensão educativa da vida, dos contextos mais ou menos formalizados e o contributo destes para aprendizagens biográficas significativas para os sujeitos. Lima (2012) sugeriu até uma combinação entre a educação

permanente e a aprendizagem ao longo da vida, ao afirmar a importância que apresenta uma “educação ao longo da vida ambidestra”, mais capaz de se adaptar às características dos tempos atuais e, simultaneamente, de se reinventar em aprendizagens que permitam aos sujeitos ultrapassar os desafios com os quais se confrontam.

Os três primeiros textos que incluem este número temático da revista *Sisyphus* procuram debater a ideia de que os sujeitos se educam, se formam e aprendem em espaços e tempos muitos diversos, para lá da escola, mantendo alguns dos princípios basilares do conceito de educação ao longo da vida. São textos que devido à diversidade de temáticas que integram denotam a abrangência do conceito e a complexidade que a discussão em torno desta ideia acarreta. O primeiro artigo deste número, da autoria de Balázs Németh, intitulado *Learning Cities. Participatory-focused Community Development in Adult and Lifelong Education*, toma os casos das cidades de Pécs, na Hungria e Cork, na Irlanda, como pretextos de análise significativos. O autor defende que estes casos podem contribuir para a compreensão dos desafios com os quais as cidades educadoras se confrontam. O segundo texto deste número temático, da autoria de Maria Forreta e Natália Alves, intitulado *Efeito Bumerangue: Trajetórias Educativas dos Indivíduos Classificados na Categoria Deficiência Intelectual*, inclui uma discussão relacionada com as transições biográficas de indivíduos classificados na categoria deficiência intelectual. Esta não é uma temática regular nos estudos em Portugal. Por esta razão chama a atenção para os percursos de educação daqueles que se encontram nas margens, que não são facilmente identificados pelo cidadão comum e que, talvez por este motivo, não têm merecido muita atenção dos pesquisadores. O terceiro artigo, da autoria de Timothy Denis Ireland, intitulado *Educação ao Longo da Vida: Aprendendo a Viver Melhor*, aposta numa análise filosófica e política do conceito, procurando articulá-lo com a educação popular e novas abordagens de desenvolvimento, nomeadamente propostas alternativas à conceção dominante de desenvolvimento económico, como aquelas que têm surgido na América Latina, em África ou na Índia e que propõem novos modos de produzir e de viver (Santos, 2004).

Este número temático contempla ainda três outros textos, decorrentes da submissão contínua que a *Sisyphus* mantém em aberto. São artigos que privilegiam o espaço da educação formal no desenvolvimento de dinâmicas diversas. São estas propostas que se podem encontrar no texto de Nuno Archer de Carvalho, *Formação Humana no Currículo: Um Programa Para Fazer à Medida*, que relata a experiência de implementação de um programa de Formação Humana desenvolvido no Colégio Pedro Arrupe; de Thiago Costa Caetano, *Laboratório Remoto de Física: Uma Montagem Para os Experimentos de Acústica e Hidrostática*, que descreve uma possibilidade de realização de atividades experimentais à distância; e, por fim, de Marouane Zakhir, *Extracurricular Activities in TEFL Classes: A Self-Centered Approach*, que argumenta sobre a importância das atividades extracurriculares como forma de enriquecimento dos processos de ensino e aprendizagem da língua inglesa. Complementarmente aos três primeiros textos deste número, estes artigos remetem para a outra face da educação ao longo da vida, aquela que ainda hoje é dominante, ligada à escola, que, devido ao seu carácter hegemónico necessita ser interrogada e debatida. Este é o contributo que se espera destes artigos contidos nesta segunda parte deste número da *Sisyphus*.

Paula Guimarães



REFERÊNCIAS

- FAURE, E., HERRERA, F., KADDOURA, A. R., LOPES, H., PETROVSKI, A. V., RAHNEMA, M., & WARD, F. C. (1977). *Aprender a Ser*. Lisboa: Bertrand.
- FREIRE, P. (1975). *Pedagogia do Oprimido*. Porto: Afrontamento.
- ILLICH, I. (1985). *Sociedade Sem Escolas*. Petrópolis: Vozes.
- LENGRAND, P. (1971). *Introdução à Educação Permanente*. Lisboa: Livros Horizonte.
- LIMA, L. C. (2012). *Aprender para Ganhar, Conhecer para Competir: Sobre a Subordinação da Educação na "Sociedade da Aprendizagem"*. São Paulo: Cortez Editora.
- PINEAU, G. (1987). A autoformação no decurso da vida: entre a hétero e a ecoformação. In A. NÓVOA & M. FINGER (Orgs.), *O Método (Auto)Biográfico e a Formação* (pp. 100-117). Portugal: Ministério da Saúde.
- SANTOS, B. S. (Org.) (2004). *Produzir para Viver. Os Caminhos da Produção Não Capitalista*. Porto: Edições Afrontamento.

*

Received: June 27, 2019

Published online: June 29, 2019

DOI: <https://doi.org/10.25749/sis.18179>

